



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

- 1.1. Ano: 2018.1
- 1.2. Disciplina: Avaliação de Programas e Projetos Governamentais e Regionais
- 1.3. Crédito: 02
- 1.4. Carga Horária: 30hs
- 1.5. Caráter: Obrigatória
- 1.6. Professoras: Monique Menezes
- 1.7. Contatos: moniquemenezes@gmail.com

II. EMENTA

Confecção de planos, programas e projetos governamentais. Gerência de planos e projetos regionais e setoriais. Estudo da articulação e implementação de políticas públicas de regiões visando o desenvolvimento regional e municipal. Coordenação de ações de órgãos e entidades governamentais e não governamentais, visando a execução de programas e projetos no âmbito regional. Acompanhamento e avaliação do desempenho físico-financeiro de projetos regionais prioritários do governo visando a implementação locais. Gerenciamento de programas e controle de avaliação das ações dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Estado na coordenação de programas estratégicos no âmbito do Estado.

III. OBJETIVOS

Apresentar e discutir os conceitos básicos de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas. Contudo, para o entendimento das fases de implementação e avaliação, faz se necessário o conhecimento básico sobre políticas públicas, especificamente, suas fases anteriores - problema, formação da agenda e alternativas - bem como o papel dos atores governamentais e não governamentais. Consiste, ainda, como escopo da disciplina despertar o censo crítico dos estudantes

a. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivo específico, a disciplina abordará temas relacionados à relação entre instituições políticas, políticas públicas e reforma do Estado. Para, então, discutir os conceitos básicos de elaboração, implementação e avaliação governamentais e regionais. Também será objeto desta disciplina a articulação



entre a sociedade civil e o Estado e os entes federativos para a implementação das políticas públicas. Por fim, discutiremos as diferentes ferramentas de monitoramento e avaliação de políticas públicas

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceitos e Enfoques Teóricos do Estudo de Políticas Públicas – Aula 1

Apresentação do curso

a. Estado e Políticas Públicas

BARATZ, Morton. Duas Faces do Poder. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, v. 19, n. 40 p.149-157. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000300011&script=sci_abstract&tlng=pt

b. Ciclo de Políticas Públicas e suas Tipologias

SECCHI, L. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises e casos práticos*. São Paulo: CENAGE, 2ª ed. 2014. Caps 1; 2; e 3.

c. Estado de Bem-estar social e Reforma do Estado

CAVALCANTE, P. Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2017. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2319.pdf

2. Modelos de Análise e de Formulação de Políticas Públicas – Aula 2

a. Modelos Análise de Políticas Públicas

DYE, T. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise* HEIDEMANN, F. G. e SALM, J. F. (orgs.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, pp, 99-128, 2009

b. Modelos de Formulação de Políticas Públicas

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. BIB, São Paulo, v. 1, nº 61, p. 25-52, 2006. <http://www.anpocs.org.br/portal/images/bib61.pdf>

KINGDON, J. Como chega a hora de uma ideia? KINGDON, J. https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/kingdon_1995_agenda-formation.pdf

3. Implementação e Avaliação de Políticas Públicas – Aula 3

OLLAIK, G. L. e MEDEIROS, J. J. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisa sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Pública – RAP* 45 (6): 1943-67, Nov-Dez, 2011. <http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n6/a15v45n6.pdf>



SCHNEIDER, A. L. Pesquisa avaliativa e melhoria da decisão política: evolução histórica e guia prático. In: *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise* HEIDEMANN, F. G. e SALM, J. F. (orgs.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009. p.p. 311 -338,

4. Políticas Públicas no Brasil – Aula 4

- a. Arcabouço federativo e o seu impacto nas políticas públicas
- b. Descentralização x centralização das políticas públicas
- c. Articulação entre os entes federativos

ARRETCHE, M. Democracia, Federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Introdução e cap. 1.

SOUSA, C. Federalismo e políticas públicas nacionais: diversidade ou uniformidade? In: MENICUCCI, T. e GONTIJO, J. G. L. (orgs.) *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016. **(Texto para o Seminário)**

5. Avaliação de Programas Regionais – Aula 5

MONTEIRO NETO, A. et. al. Avaliação qualitativa da política nacional de desenvolvimento regional (PNDR) e de seus instrumentos explícitos: uma percepção dos beneficiários e bancos operadores. In: *Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise da Política de Desenvolvimento Regional (PNDR)*. Brasília: IPEA, 2017. p.p 189-236.

CABRAL, E. H. S. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. Rio de Janeiro, *Revista de Administração Pública*, 45 (6), Nov/DEZ., 2011. **Texto para o Seminário**

6. Avaliação de Programas e Políticas Sociais – Aula 6

COSTA, Frederico L.; CASTANHAR, José C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro, *Revista de Administração Pública*, 37 (5), set./out., 2003. **(Texto para o Seminário)**

CORDEIRO, N. Ação governamental e direito das mulheres: abrigo para mulheres ameaçadas de morte no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*: Brasília, nº 23, maio/agosto, 2017.

7. Monitoramento das Políticas Públicas – Aula 7

LOUREIRO, M. R., ABRUCIO, F. L., OLIVIERI, C. e TEIXEIRA, M. A. C. Democracia e controle da gestão pública no Brasil: avanços e desafios na atuação da Controladoria Geral da União. In: MENICUCCI, T. e GONTIJO, J. G. L. (orgs.) *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.

RESENDE, G. M. et. al. Uma proposta de avaliação dos instrumentos da política nacional de desenvolvimento regional (PNDR). In: *Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise da Política de Desenvolvimento Regional (PNDR)*. Brasília: IPEA, 2017. **Texto para o Seminário**

8. Revisão do Conteúdo Discutido na Disciplina – aula 8

A aula será dedicada a realização de revisão dos principais conceitos discutidos durante o curso.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALA-HARJA, Marjukka; Helgason, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 51, n. 4, out./dez., 2000.

BARBOSA, Frederico; Garcia, Ronaldo C. A. Propósito da Avaliação do PPA: lições da primeira tentativa. Brasília, IPEA, Boletim de Políticas Sociais: acompanhamento e análise, n. 3, ago. 2001.

BOZZI, Sonia O. Evaluación de la gestión pública: conceptos y aplicaciones em el caso Latino americano. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 52, n.1, jan./mar., 2001.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Relatório de Avaliação – Plano Plurianual 2004-2007

Exercício

2004. http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudo/relatorio_ppa/index_relatorio_ppa.htm.

BORGES, A. Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses. *Sociologia*, Porto Alegre, ano 12, nº 24, p. 120-157, 2010.

CAVALCANTE, P. Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2017.

COTTA, Tereza C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 49, n. 2, abr./jun., 1998.

CALMON, Katya M. N.; GUSSO, Divonzir A. A experiência de avaliação do Plano Plurianual (PPA) do governo federal no Brasil. Brasília, Planejamento e Políticas Públicas, n. 25, jun./dez., 2002.

CAVALCANTI, Bianor S.; OTERO, Roberto B. Novos padrões gerenciais no setor público: medidas do governo americano. Brasília, ENAP, 1997. (Texto para Discussão).

COSTA, Frederico L.; CASTANHAR, José C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro, Revista de Administração Pública, 37 (5), set./out., 2003.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, Vozes, 2004.

DERLIEN, Hans-Ulrich. Uma comparación internacional em la evaluación de las políticas públicas. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 52, n.1, jan./mar., 2001.

DRAIBE, S. M. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. *Caderno: NEPP/Unicamp*, n. 8, 1993.

DRAIBE, S. M. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. 30º Encontro Anual da ANPOCS, GT 19, Políticas Públicas e Políticas Sociais, Caxambú, 24-28 de outubro, 2006.

FITZ-GIBBON, Carol T.; MORRIS, Lyn L. How to design a program evaluation? Beverly Hills, Sage Publications, 1978.

GARCIA, Ronaldo C. Avaliação de ações governamentais: pontos para um começo de conversa. Brasília, IPEA/CENDEC, out., 1997.



GARCIA, Ronaldo C. A reorganização do processo de planejamento do governo federal: o PPA200-2003. Brasília, IPEA, maio, 2000 (Texto para Discussão n.726).

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Brasília, IPEA, jan., 2001 (Texto para Discussão n.776).

GARTENKRAUT, Michal. Brasil: uma análise do Plano Plurianual – PPA 2000/2003. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília, IPEA, 2002.

HATRY, Harry P. Where the rubber meets the road: performance measurement for state and local public agencies. In: Newcomer, K. (ed.) Using performance measurements to improve public and nonprofit programs. San Francisco, Jossey-Bass, 1997.

JR. CARDOSO, Celso José. Política e planejamento no Brasil: balanço histórico e proposta ao Plano Plurianual 2020-203. In: JR. CARDOSO, Celso José (org): *Planejamento Brasil século XXI: inovação institucional e refundação administrativa*. Brasília: IPEA, 2015.

JANNUZZI, Paulo de M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2003.

KETTL, Donald F. The global public management revolution: a report on the transformation of governance. Washington D.C., Brookings Institute, 2000.

KERSTENETZKY, C. A. L. Um novo *welfare state* no horizonte? In: MENICUCCI, T. e GONTIJO, J. G. L. (orgs.) *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.

LOWI, T. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. *Public Administration Review*, Vol. 32, No. 4. (Jul. - Aug., 1972), pp. 298-310.

LYNN Jr., Laurence. Requiring bureaucracies to perform: what have we learned from the US government performance and results act (GPRA)? The University of Chicago, 1998. Disponível em: <http://harrisschool.uchicago.edu/About/publications/working-papers/pdf/wplynn.pdf>.>

MIERLO, J.G.A. The experience of OECD countries with Public Management Reform and its relevance to Central and Eastern Europe. The University of Maastricht, 1996. Disponível em: http://ideas.repec.org/p/dgr/umamet/1996_21.

MENICUCCI, T. M. G. e GONTIJO, J. G. L. *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. FIOCRUZ, 2016.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, 2011. Caps 1 e 2.

OLIVEIRA, de Maria; BERGUE, Sandro Trecastró. *Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências*. Caxias do Sul: Educs, 2012.

RESENDE, G. M *Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Pp. 11-24 e cap. 3 117-158

REZENDE, F. *Conflitos federativos: esperanças e frustrações – em busca de novos caminhos para a solução*. Belo Horizonte: Fórum, 2016.



REZENDE, F. Limites e possibilidades para a análise das reformas da gestão pública brasileira em perspectiva institucional. In: MENICUCCI, T. e GONTIJO, J. G. L. (orgs.) *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016

SECCHI, L. *Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções*. São Paulo: CENAGE, 2016.

VAZ, Alexander Cambraia Nascimento. *Ação estatal, desenvolvimento e democracia: elementos para uma discussão na contemporaneidade*. In: JR. CARDOSO, Celso José (org): *Planejamento Brasil século XXI: inovação institucional e refundação administrativa*. Brasília: IPEA, 2015.

VI. METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida a partir de aulas discutidas, dialogadas e seminários. A leitura prévia dos textos é obrigatória. Atividades individuais (exercícios e resumos) e em grupo (seminários) poderão ser solicitadas com a finalidade de buscar um maior entendimento e uma melhor compreensão dos assuntos abordados.

VII. RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro de acrílico, pincel e Datashow, software de pesquisa, dentre outros.

VIII. AValiação

O aproveitamento acadêmico será realizado através de acompanhamento contínuo do desempenho do aluno e de duas avaliações: um seminário valendo 20% da nota e a elaboração de um artigo relacionado às discussões da disciplina valendo 80%.

Notas	Tipo de Avaliação	Total de Pontos
1ª Nota	Seminário	02 Pts
2ª Nota	Elaboração de um artigo	08 Pts

Será considerado APROVADO o aluno que:

- Obter média avaliação igual ou superior a 7,0 (sete) - aprovado por média;

Será considerado REPROVADO o aluno que:



- Obter frequência inferior a 75% da carga horária;
- Obter nota inferior a 7,0 (seis).

a. CÓPIAS

O conteúdo dos trabalhos não poderá ser copiado ou recortado de textos extraídos da internet (Google) e de outros materiais, livros, artigos e demais fontes bibliográficas, sem o devido uso das regras da ABNT. Caso o discente copie trechos em seus trabalhos de outro autor, sem a devida citação, será atribuída a nota zero.

b. FALTAS

No que se refere ao abono de faltas, a Resolução 177/2012 – CEPEX não autoriza o abono de faltas, exceto em casos específicos previstos pela legislação. As hipóteses previstas estão contidas no De Decreto 1.044/69:

Art.1º São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênicas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

- a. Incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;
- b. Ocorrência isolada ou esporádica;
- c. Duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia), asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas, etc.

Art. 2º Atribuir a esses estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercício domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

Art. 3º Dependerá o regime de exceção neste Decreto-lei estabelecido, de laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional.

Art. 4º Será da competência do Diretor do estabelecimento a autorização, à autoridade superior imediata, do regime de exceção.

OBSERVAÇÃO: o programa da disciplina e a bibliografia recomendada poderão sofrer alterações



conforme necessidade do curso.